

RESISTIR, SOBREVIVER E VIVER PARA CONTAR O HOLOCAUSTO¹

Sonia Kramer PUC-Rio

Introdução

Meu pai, judeu nascido em Ostrowiec a 170 km de Varsóvia, sobreviveu ao Holocausto da segunda guerra mundial. Escravo de 1939 a 1945, dos 14 aos 20 anos de idade, esteve em Buna, Oranienburg, Flossenbürg, Belzec, Auschwitz. Número no braço B5.000. No fim da guerra, estava sendo levado para Dachau, campo de extermínio. Pesava 39 quilos. Único sobrevivente da família, na Europa, morou na França até 1947 quando a Cruz Vermelha localizou os irmãos que migraram para o Brasil nos anos 20. Entrou, apesar de o governo Vargas proibir o ingresso de estrangeiros. Apátrida, naturalizou-se brasileiro.

Sua autobiografia foi escrita na carne e nos sonhos, no cotidiano café da manhã almoço jantar antes de dormir. *“Só tinha sentido sobreviver se fosse para contar. Para que nunca mais se repita”*. Em 1997, a Fundação Spielberg ouviu cinquenta mil pessoas que atravessaram a morte na segunda guerra. O depoimento de meu pai, gravado no vídeo *“Survivors of Shoá”* (1’55’’) de 9 de Julho de 1997, em Português, integra o acervo do Yad Vashem, Jerusalém e do Museu do Holocausto em Washington. O texto é escrito a partir deste depoimento e das histórias ouvidas, filha de sobrevivente, marcada com a tarefa de contar *“para que não se repita”*. A base teórica se apóia em Walter Benjamin e Martin Buber. Os acontecimentos são peças de resistência, memória narrada a contrapelo. Na direção contrária à dificuldade de narrar de quem sobrevive situações-limite, esquecimento e silêncio ocupando o lugar da fala, acentuo o poder da narrativa de histórias emudecidas que arrancam a tradição ao conformismo que quer apoderar-se dela. Relatar o passado opressor torna possível acolher todas as condições e expressões humanas com liberdade, essa ética necessária para mudar o futuro.

O texto traz - além da rememoração da história a partir da sua narrativa detalhada e emocionada – ensinamentos transmitidos a mim, em especial sua alegria de viver. Os dois primeiros itens tratam de lembrança: o primeiro mostra trechos de seu relato à Fundação Shoah; o segundo se baseia em algumas das histórias por ele contadas no cotidiano com a família. O terceiro item traz a resistência e a dignidade por ele ensinada e algo do muito do que aprendi com o seu processo de esquecimento.

¹ Apresentado no Simpósio *Narrativas de mulheres: memória e resistência*, VI Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)biográfica, Rio de Janeiro, 2014.

1. Memória e resistência²

Analisando a modernidade, Benjamin (1987a), comenta que a cultura e o processo de transmissão da cultura (a educação) não são isentos de barbárie. Como diz Adorno, “qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: que Auschwitz não se repita” (1995, p. 119). Desviar-se da barbárie exige escovar a história a contrapelo: “a tradição dos oprimidos ensina que o estado de exceção é a regra” (BENJAMIN, 1987a, p.225- 226).

Posso aproximar esta citação da prática de meu pai de sempre contar sua história a contrapelo. Diante da pergunta feita por familiares ou amigos em cerimônias religiosas “onde estão seus tefilim?”³ dizia que “ficaram em Treblinka”, onde nunca esteve e onde foram assassinados sua mãe e seu pai, meus avós que nunca conheci. Sua doçura, o sorriso constante combinado a um forte e repetido “que não aconteça nunca mais com ninguém” nos ensinaram a sentir a dor do outro.

Chialé⁴, ao contrário da maioria dos sobreviventes que se constituem no silêncio sempre falou do que passou, viu, sentiu, aprendeu; dos valores e de como sobreviveu ao genocídio e aos campos. Sua narrativa trazia os outros que o ajudaram dando-lhe sua comida por ser mais jovem e ter mais chance de sobreviver. Palavra dada pelo outro: sobreviva para contar; para que nunca mais se repita “é preciso que todos saibam”.

“Os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1987a, p. 224-225): a mudança do futuro se conecta, pois, à do passado. O inimigo cala o outro, persegue-o, discrimina, liquida, aniquila. O perigo está no silêncio imposto à expressão de diferenças físicas, mentais, de orientação sexual, etnia, cultura, religião, gênero, reflexão que me ajuda a compreender o lugar da fala de meu pai e seus diversos sentidos, e a escrever este texto, narrativa de alguém que fala como professora, mulher, intelectual, filha de sobrevivente.

Com Benjamin, entendo que a história não é cadeia de acontecimentos, mas “catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés” (p.226). Esse anjo da história, cujas asas não podem ser fechadas, deve mover-se contra o progresso. Aos sobreviventes, a todos que se opõem a que haja escravos, oprimidos, excluídos, a nós cabe a responsabilidade de mudar o passado, a

² Este ítem está desenvolvido em Kramer (2010).

³ Plural de tefilá, "prece", em hebraico se compõe de duas caixas de couro presas a tiras, que contêm um pergaminho com quatro trechos da [Torá](#) (Pentateuco) em que se baseia seu uso. Em português, filactério.

⁴ O nome do meu pai – Szyja, em português - o fazia passar por situações engraçadas como ser chamado de Dona Szyja. Em idish, pronuncia-se Chia, daí o apelido, no diminutivo: Chialé.

contrapelo da direção esperada, contra o fatalismo que prega que as coisas aconteceram como deviam, são como deviam ser, serão como se prenuncia.

Na direção contrária à regra, à norma, à ordem do progresso, a origem é o alvo. “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (BENJAMIN, 1987a, p. 229). Tempo denso da experiência, oposto ao tempo homogêneo, como um salto de tigre ele se dirige à origem. Educar contra a barbárie exige este salto de tigre, salto dialético na educação, nos processos de formação humana e transmissão da cultura. Para romper a cadeia de ruínas da transmissão da cultura e explodir o continuum da história é preciso escutar as narrativas. Jejuar, reminiscência da história de meu pai, poderia ser um “agora” em que se infiltraram traços do messiânico, versão profana do estado de exceção? “Ninguém da nossa família deve jejuar. Já jejei por toda a nossa descendência, por todas e todas as gerações”. Não jejuar no Dia do Perdão se tornaria emblemático de uma vida reconstruída a contrapelo. Método, enfim, é desvio.

O passado é reminiscência, o presente é agora e o futuro é a porta estreita por onde pode entrar a qualquer momento o Messias. Mudar o presente significa mudar o futuro, abrir estreitamente a porta e mudar o passado, para que nunca mais se repita. Mas sobreviver ao trauma não se reduz a escapar da morte. Como sobreviver, conservando a dignidade e a ética de um ser humano em um meio que os desumanizava? “Como construir uma narrativa, um passado que escapou àquele que o vivenciou, um domínio sobre a real causa do trauma, quando nos ghettos e nos lagers o sujeito se viu reduzido à condição de coisa?” (KUPFERBERG, 2010, p. 111). A memória é o avesso do perigo de esquecer, de encobrir a narrativa que apresenta o triunfo dos vencedores (SELIGMANN-SILVA, 2008).

Todorov (1997), analisando a vida moral nos campos daqueles que encaravam o extremo face a face mostra que, nem heróis nem santos, eram pessoas comuns que mantinham sua dignidade em meio e apesar da fragmentação, da despersonalização e da resignação. “Não há heroísmo em sobreviver”, ouvi de meu pai em muitas celebrações “... e não precisamos que tenham pena de nós.” “E como se sobrevive?”, perguntei a ele um dia. E obtive a resposta: “por intuição”.

Em 1997, a Fundação Shoah ouviu 50.000 sobreviventes do Holocausto em várias partes do mundo, entre elas meu pai. Um episódio marcou esse momento na cidade do Rio de Janeiro: apesar de ter sempre falado muito da guerra, ele e os amigos sobreviventes se recusaram a dar entrevistas aos pesquisadores da Fundação, o que me deixou intrigada. “Por que – perguntei a mim e a ele - se durante toda sua vida seu

motivo foi contar, agora que a oportunidade existe, a decisão é não contar!?” Os possíveis entrevistados sugeriam que o presidente da Sherit Hapleithah (Associação dos Sobreviventes) falasse em nome de todos. Mais do que não querer lembrar, parecia estar em jogo a legitimidade: quem tinha o direito de perguntar e ouvir? Por que agora? O que fariam com os relatos? Por fim, a Fundação decidiu preparar o presidente da Associação para ser o entrevistador. Todos então concordaram em falar.

A lucidez do relato do meu pai⁵, a lembrança de datas, nomes, endereços e situações são indícios de que sobrevivera àqueles anos de 1939 a 1945 sem perder a consciência, diferente dos que, estraçalhados pelo que passavam, foram submetidos a uma desorientação brutal (GAGNEBIN, 2008, p. 13).

Mas como trazer a narrativa de meu pai, insinuando o horror sem explicitá-lo? *“Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo”.* (Benjamin, 1987b, p.239). Mostro então pedaços escavados deste solo.

*“Quando estourou a guerra eu tinha 14 anos. Fiquei alegre porque ia ver uma guerra de verdade. Mas pouco tempo depois, cinco ou seis meses, vi o que era uma guerra de verdade. De seis da noite até de manhã, por exemplo, ninguém podia ficar na rua. Eles matavam quem saísse na rua (...) Senti muito medo”*⁶

“A guerra estourou no dia 1º de setembro de 1939, sexta-feira. Lembro do dia. Na quinta-feira de noite entraram uns três tanques. Observaram para ver se ninguém atirava e no dia seguinte vieram tanques de todos os lados, cercando a cidade. Entraram e colaram nas paredes, em polonês e alemão, avisos de que quem saísse de noite ia ser morto. Logo depois começaram os trabalhos forçados. Meu pai teve a barba arrancada. Ele tinha barba grande, de religioso. Então resolveu se consultar com o rabino. Quando voltou para casa, guardou a barba num papel e guardou no armário. Quando morresse, deveríamos colocar a barba no túmulo.”

A barba arrancada de meu avô que não conheci e que nunca teve túmulo habitou minha indignação de adolescente, alegoria da intolerância e do aniquilamento. *“Quando começaram as deportações, ninguém sabia o que eram. Falava-se em Treblinka, mas*

⁵ Kramer, Szyja. Transcrição do Depoimento vídeo “Survivors of Shoá” (1’55’’), 9/071997. Versão Integral, Rio de Janeiro; Idioma: Português. A entrevista consta de: 30 minutos sobre a vida antes da guerra; 60 minutos sobre guerra e deportação; 30 minutos sobre a vida depois da guerra e a migração para o Brasil. Ao final, a família foi chamada e apresentada por meu pai. Os 50.000 depoimentos colhidos encontram-se no Museu do Holocausto/Washington, Yad Vashem/Jerusalém e Fundação Shoah, que tem registrado relatos de sobreviventes de outros genocídios.

⁶ Este trecho e os seguintes estão em Kramer, Szyja (1997).

ninguém sabia o que era Treblinka, Oswiecim⁷. Diziam que estavam matando nesses lugares, mas ninguém acreditava. Como poderia haver crematórios e câmaras de gás? Não entrava na nossa cabeça que se matava assim desse jeito”.

A seguir, trabalho escravo:

“Para não me acontecer nada, minha família fez minha carteira de trabalho e eu só tinha 16 anos. [mas em 39 ele tinha 14] Fizeram a carteira como se eu tivesse 18, porque só aceitavam trabalhadores [na fábrica] com mais de 18 (...) Saí de casa com um pedaço de chalá [pão judaico], só para ir trabalhar de noite e voltar no dia seguinte. Quando cheguei na praça, vi muitas pessoas, todo mundo com mala, sacos de roupa, e eu com a roupa do corpo. A cidade estava às escuras porque desligaram a luz. Desligaram tudo e nós fomos para a fábrica.”

Gueto.

“Depois da deportação para Treblinka, em 1942, fizeram três ruas em volta do cemitério. Era isso que pertencia ao gueto. Quando voltamos da fábrica, depois de duas semanas, já entramos no gueto. Minha antiga casa era perto desse gueto e eu fui ver. Já tinha uma família de não-judeus morando lá. A nova dona da casa até falou ‘pode levar o que quiser’. Mas eu não levei nada, só pensei que alguém ainda poderia estar vivo, alguém poderia ter se escondido, mas não tinha mais ninguém.”

“Fatos” - nada além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação.

“Nesta época já se falava em Auschwitz, em polonês Oswiecim. E ninguém acreditava. Falavam que era o lugar em que colocavam pessoas na câmara de gás e depois queimavam os corpos. Mas ninguém acreditava, não entrava na nossa cabeça. Agora, depois de tantos anos, todos já se acostumaram com isso, que bateram, mataram e colocaram nas câmaras de gás. Mas no começo, ninguém acreditava. Como é que poderiam matar tantas pessoas por nada?”

O sentimento de não acreditar retornava no narrador como se ainda não fosse possível crer, embora as pessoas tivessem se acostumado. “Ficamos no gueto depois eles me cortaram da fábrica. Passei a ser ilegal. No começo de 1943, morávamos no gueto e eles construíram alojamentos perto da fábrica, para aqueles que trabalhavam lá. Iam liquidar o gueto”.

O depoimento dá voltas, como faíscas do tempo intenso da memória.

“em 1941, antes do gueto, ainda morava em casa e meus pais ainda estavam vivos. Falaram que ia ter um discurso para curiosos que quisessem escutar; não disseram o que era. Quando chegamos, fomos cercados, levados até a estação de trem e para Lublin, Rua Lipova, número 7. De lá, nos mandaram

⁷ Oswiecim, em alemão Auschwitz, situa-se na Polônia, a 60 km de Cracóvia. Tem cerca de 43.000 habitantes. Auschwitz se refere aos campos de extermínio de Auschwitz-Birkenau, construídos pela Alemanha nazista durante a Segunda Guerra.

para Belzec⁸. De lá mandavam trabalhadores para onde precisavam de operários. A gente cavava e construía uma estrada.”

A memória do que viria depois resignificava o que tinha vivido antes. *“Belzec não era um campo como Auschwitz. Dormíamos em alojamentos, era tudo no chão, não tinha cama ou beliche, nada disso. Belzec depois virou campo de extermínio, mas quando estive lá, era só cavar e consertar a estrada.”*

Imagens desprendiam-se de suas conexões primitivas, como preciosidades nos sóbrios aposentos de um entendimento tardio, torsos na galeria do colecionador. (Benjamin, 1987b, p.239). *“Chamaram o nome de ‘Rosemberg’ e eu corri. Vi que ele não estava e disse ‘eu estou aqui’. Como ninguém se apresentou, eu era o Rosemberg. Liquidado o gueto em 1943, meu pai ficou no alojamento em Ostrowiec, na fábrica “barracas grandes, 400 em cada barracão, beliches de três. E lá fiquei até junho de 44, quando nos levaram para Auschwitz”.*

Quando chegaram a Auschwitz, o trem ficou parado a noite toda, e eles no trem. Foram alojados no campo, no lugar de dois mil ciganos levados para o crematório. Número no braço B5.000. Assinaram papéis se declarando comunistas.

“eu nem sabia o que era comunista naquela época... E deram o uniforme listrado. (...) Assinamos muitos papéis. Não sei por que para sermos mortos precisávamos assinar tantos papéis”, comenta com crítica e ironia fina. Campo de ciganos, arame farpado, nosso barraco, *“Em que se trabalha aqui?”. Aqui ninguém trabalha; aqui se morre queimado. A gente pensava que ele estava louco, que estava há muito tempo lá e enlouqueceu. “Como não se trabalha aqui?”. “Não estão sentindo cheiro?”, respondeu. “Está maluco?”, perguntei. Infelizmente, logo depois, a gente soube que era crematório mesmo.”*

De Auschwitz foi levado para Buna (a fábrica), Oranienburg e Flossenbürg, onde a lembrança traz restos de sopa e vinte e cinco chicotadas. *“Fiquei deitado e me levaram como se puxa um couro não corticado, uma pele” (...). E de lá, em cada lugar em que estive só pensava ‘tenho que sair daqui, não sei se em outro lugar vai ser pior, mas tenho que sair daqui’.* De Flossenbürg para Leonburg, onde *“fiquei com muita febre. De Leonburg nos levaram para Meldorf, perto de Munique”.* Quem dirigia era a Gestapo. De lá, para Munique: *“os americanos bombardearam a estação de trem de Munique e os trilhos saíram do lugar. Nos levaram para consertar. Achei um pedaço de carne e ficava com ela o dia inteiro porque fazia saliva. Cheguei a guardar para o dia seguinte. Estou me lembrando disso agora, tanto tempo não lembrava”.*

⁸ Belzec, à sudoeste de Lublin. No início dos anos 40, os alemães fizeram campos de trabalho no distrito, fortificações na fronteira com a União Soviética, desmontados em outubro de 1940. O campo de extermínio com câmaras de gás e barracas foi construído de novembro de 1941 a fevereiro de 1942, para a morte de judeus, a 400 metros da estação de trem de Belzec e 50 metros da linha de trem Lublin-Lviv.

Abril. No trem para Dachau durante quatro dias. *“Pelo dia 25 ou 26 de abril de 1945 vimos casas com bandeiras brancas penduradas, como se fosse uma capitulação. Uma casa tinha, a outra não”*. Soldados gritavam “Friede, friede”: a guerra acabou. Mas ainda morreram muitos. Calor e sede insuportáveis. *“Deus nos mandou uma chuva, ainda bem. Como as paredes dos vagões eram feitas de tábuas horizontais, ficamos de lado porque a água corria e pegamos as gotas para beber.”* A guerra acabou. Isso foi do dia 30 de abril para o dia 1º de maio. *“Estávamos livres.”*

Meu pai não completou a viagem até Dachau, onde só havia fornos crematórios. Voltou a Dachau em 1970, minha mãe e eu com ele, quando conseguiu juntar dinheiro para a viagem. Queria seguir aquela estrada até o fim. A origem era o alvo?

Em 1945, de Dachau para Munique. Recebeu o Certificate nr 655 que o reconhecia ex-prisioneiro dos campos, resgatado pelas tropas aliadas, sem pátria. Dois anos na França, nome para a Cruz Vermelha: sabia que três irmãs e dois irmãos haviam migrado para o Brasil nos anos 20. *“E comecei a receber cartas (...). Em 1946, meu irmão mandou uma chamada para vir para o Brasil, mas a imigração estava fechada e não me deixariam entrar.”* Mas veio e em 17 de novembro de 1947 desembarcou como passageiro temporário. Ficou morando na casa de uma das irmãs até casar. *“Eu trabalhava vendendo na rua como ambulante. A diferença que eu vi aqui no Brasil! Meus sobrinhos estudavam sempre com colegas não-judeus. Era como se fossem irmãos. O Brasil nos aceitou como se fôssemos brasileiros. Era como dia e noite. Até hoje, graças a Deus, nunca senti anti-semitismo nenhum, nunca senti isso”*.

Final da entrevista. Meu pai mostra fotos: os pais; ele com a mãe e as duas irmãs que morreram nos campos; as irmãs que vieram morar no Brasil, ainda na Polônia; o irmão que veio da Polônia em 1937; em 1945, no cemitério com amigos que estiveram com ele no vagão em Auschwitz ou passaram a guerra escondidos; sobreviventes com crianças que ficaram escondidas; com minha mãe, filhas, genros, netos e sobrinho.

Em cada peça da coleção a totalidade se revela. Descontextualizadas, as cenas falam desse narrador e colecionador de histórias, discos, cds, músicas, piadas, anedotas, que sempre gostou de caminhar, cantar, dançar. Sua experiência lhe ensinou que se sobrevive por intuição; se vive movido por afeto e se mantém a lucidez caminhando, cuidando da saúde, lendo, estudando e jogando cartas.

De família hassídica, ortodoxos que no leste europeu viviam a religião com alegria, música e dança, inserido na cultura idish destrozada pelo nazismo, tornou-se homem da cidade; de apátrida, brasileiro. Ligado ao mundo, vários noticiários de rádio

ou televisão e jornais em português e idish eram freqüentes em casa. Para ele a família era tudo: minha mãe, minha irmã, eu e, sobretudo, os netos.

No relato à Fundação Shoah, meu pai chora duas vezes: quando fala da mãe e de como lhe doía imaginar seu sofrimento nos dias em que, separada dos filhos, foi presa no campo de futebol de Ostrowiec, antes da deportação para Treblinka; e do professor que, no gueto, escola fechada, ia de casa em casa, dar aula para as crianças. De sua mãe, minha avó que não conheci, tenho o nome em hebraico Chaja Sara e, segundo meu pai, também a determinação. Do professor, conta que adormecia ao lhe dar aula, última casa da rua e ele corria a brincar na neve, a mesma que o professor derretia e levava aos olhos para se manter acordado. A mesma em que caiu ao ser fuzilado uma tarde, saindo da casa de um dos alunos, gritando “Shemá Israel Adonai Eloeinu Adonai Echad”.

2. Cotidiano e resistência

“*Minhas recordações estão imersas no vermelho*”, diz Canetti (1987, p. 11), no livro “A língua absolvida: história de uma juventude”: a memória da infância é uma imagem que tem cor. Como o armário de Benjamin que guardava, na linha enrolada e na dobra do vestido, a tradição de uma cultura desmanchada em ruínas (1987b).

As *minhas* recordações estão imersas em azul: a letra B, maiúscula, e o número 5000 marcado no braço esquerdo entre sorrisos e sabedoria. Histórias da tradição judaica, livros, idas ao teatro, televisão, cinema, documentários sobre campos se alternavam com piadas e personagens inventados pelo contador de anedotas que foi meu pai, centro das atenções em reuniões, casamentos e festas de aniversários.

Nunca me foi difícil entender que “*o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história*” (BENJAMIN, 1987a, p.223). Nosso dia a dia era atravessado pela Shoah. O cotidiano se fez história ao vivo.

O que ele contava me inquietava: por que a ciência, a tecnologia, a arte, ao invés de melhorar a vida das pessoas, servem para excluir, escravizar e eliminar? Haveria espaço para uma educação a contrapelo? (KRAMER, 1993). Aos poucos compreendi que nazismo e a ideia de progresso da modernidade são complementares.

Muitos intelectuais, filósofos e artistas, perseguidos por sua posição política e sua arte, se indagavam com angústia como contar *depois* e tornar público o que viam. Em “A escrita ou a vida”, Semprun (1995) traz um diálogo de intelectuais italianos, franceses e espanhóis de esquerda, presos em Buchenwald: perplexos, conversam sobre como contar e concluem que a arte, a expressão estética, mais que relatos científicos

dariam a consciência do horror. Como para Delbo (1965), Auschwitz devia se tornar literatura. Ou como para Grass (1990): depois de Auschwitz, o escritor está em perigo

Meu pai, como muitos, não acreditava no que via, nas evidências, na fumaça. Não podia aceitar. Este descrédito impregnou a ele e a muitos que perderam suas famílias, mas não a dignidade, nem a capacidade de não aceitar um destino pré-determinado e anunciado: campo de extermínio, *“aqui não há trabalho”*. Não acreditar no que se vê é comumente entendido como ingenuidade daqueles que estariam se entregando à morte. Entendo, porém, que é indício de humanidade preservada, de sua esperança de viver. Levados à última condição humana, pesando menos de quarenta quilos, despossuídos, mantinham-se humanos desacreditando, não aceitando.

O nazismo assassinou em câmaras de gás e fornos crematórios milhões de deficientes, homossexuais, ciganos, judeus. Para Bauman, o Holocausto não foi um fato da história dos judeus, mas *“nasceu e foi executado na nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano, e por essa razão é um problema dessa sociedade, dessa civilização e cultura.”* (1989, p. 12). Resultado de um choque de fatores - emancipação do Estado político; monopólio de violência e controle social; desmantelamento de fontes não políticas de poder e de instituições de autogestão social; conciliando fordismo (produção em série), taylorismo (administração científica) e burocracia estatal (*“estou apenas cumprindo ordens”*), - só a modernidade poderia engendrar essa hedionda indústria da morte. A racionalidade prevaleceu e orientou esta indústria, não foram monstros ou loucos.

Bauman comenta: *“A importância atual do Holocausto está na lição que ele traz para toda a humanidade”* (1989, p. 236), dada a facilidade com que a maioria das pessoas exposta a uma situação em que não há boa escolha *“arranja uma justificativa para escapar ao dever moral (ou não consegue aderir a ele) adotando os preceitos do interesse racional e da autopreservação. Em um sistema em que a racionalidade e a ética apontam em sentidos opostos, o grande perdedor é a humanidade”* (p. 236). Mas *“o mal não é todo-poderoso. Pode-se resistir a ele.”* (p. 236). E conclui: *“A coisa mais cruel da crueldade é que desumaniza suas vítimas antes de destruí-las. E a mais dura das lutas é continuar humano em condições desumanas”* (1989, p. 237).

Continuar humano é impedir que se apague o que há do outro em mim. Recusar acreditar no que se vê é resistir à perda do respeito e do reconhecimento de si no outro, resistir à destruição de uma cultura, uma língua, uma história, um modo de vida e seus valores. Destroçada pela Shoah, a memória revelava o inverossímil, o que não podia ser verdade. *“Ninguém acreditava, não entrava na nossa cabeça. Agora, depois de tantos*

anos, todos já se acostumaram com isso.” Constatação ou acusação, devo discordar de meu pai e dizer a contrapelo que ainda hoje para muitos não é possível se acostumar.

Meu pai viveu uma vida plena e nos ensinou dignidade, liberdade, crítica e escuta. De pequena, lembro das gargalhadas das minhas tias em volta dele em festas de aniversário ou casamentos, os trocadilhos, o jeito de brincar com as palavras, anedotas, a capacidade de estar alegre em momentos de tristeza e de falar de coisas tristes em festas. Ria de se balançar e os imensos olhos azuis se enchiam de lágrimas. Lembro das histórias que inventava: o gato sem botas, Rosângela que ia comprar pão na padaria do seu Mário, e ia andando, andando, andando, e adormecíamos no “andando”, dos personagens que criava (Shpalhafunken, Balguif, Hoidik).

De Ostrowiec, os banhos de rio, ele com dois meses de idade debaixo de um monte de penas de ganso. A mãe, Chaja Sara, toda sexta feira distribuía comida aos pobres; o pai David acordava meia noite para rezar e estudar; uma irmã pendurou a bandeira do partido comunista na prefeitura; outra rezava como os homens e a cortina da casa dos meus avós tinha de ser fechada.

Histórias da Shoah, as barbas arrancadas do meu avô; enterro das sefer toires, os mais velhos ajudando os jovens; Treblinka, para onde foram levados meus avós; as 20 chibatadas; os grandes amigos (Chaskl, Chil Maguid, Chaie, Shmil), números no braço de B5000 a 5004; trabalho escravo de 39 a 45; Auschwitz; trem a caminho de Dachau.

Aprendi com ele a entender a presença dos mortos: na cerimônia religiosa quando faleceu uma de suas irmãs, diante da constatação de que não havia no cemitério dez pessoas, mínimo exigido para um ato religioso judaico, o rabino titubeou se poderia fazer a reza. Meu pai afirmou num tom claro, alto, tranquilo: “*contem os mortos*”.

Recusava qualquer forma de escravidão. Gostava de ver judeus e não judeus amigos. Tinha um fino senso de humor. Não devíamos faltar à ceia de Páscoa ou ao jantar de Ano Novo e, como contei, não devíamos jejuar no Yom Kipur porque ele já havia jejuado por toda a sua descendência. Lia livros, revistas, jornais; via filmes, ia a cerimônias para conferir o que relatavam do Holocausto. Falar da guerra era sua condição de vida. Era comum perguntar se amigos da escola, da universidade ou do trabalho “*sabiam*”. O verbo na sua indagação se tornara intransitivo, não sendo preciso explicitar o que, de que ou de quem “*sabiam*”.

Amava a vida e tudo o que era alegre: cantar oi vi nemt men a bissele mazl, Roda Viva e músicas religiosas, misturando sagrado e profano; dançar valsa, pular carnaval, programas humorísticos, futebol, jogar cartas com os amigos com uma incrível memória e inteligência. Gostava de viajar, de cinema e de ler. Sempre com um

livro ou jornal na mão, foi um dos últimos assinantes no Brasil do Forvert (Forward, Avante, jornal idish de esquerda, editado em Nova Iorque). Teria ficado triste se tivesse sabido que a edição impressa acabou na crise de 2008. Gostava de dirigir e corria muito. Andava no calçadão com os amigos. Houve uma época em que faziam festa de aniversário às seis da manhã; em outra, andava com um amigo e o dicionário de hebraico, que tinha voltado a estudar. À vezes dava um mergulho em Copacabana, o que lembrava, dizia, seus tempos de menino quando nadava no rio em Ostrowiec.

Sempre elegante, usava camisas e calças sob medida que minha mãe encomendava, e ele mesmo gostava de comprar roupas e sapatos, tênis que usava sem meias, a gente nem entendia como agüentava o calor. Lenços bem passados nos bolsos e os chapéus de preferência cor cinza ou bege lhe davam um toque francês e talvez lembrassem os anos em que morou em Paris, antes de vir para o Brasil. Amava os netos. “*Quem tem netos não tem o direito de sentir tristeza*”, dizia evocando sua mãe que se referia aos netos como papier kinder, crianças de papel, que ela só conhecera por carta, porque nasceram no Brasil, filhos dos filhos que migraram ainda nos anos 20.

De uma coisa reclamava do Brasil: de porteiro abrir a porta do elevador. “*ninguém deve segurar a porta para outra pessoa passar se a pessoa pode segurar sozinha*”. Talvez por isso, mesmo doente, gostasse de abrir e segurar a porta do elevador, sorrindo, elegante e gentil. “*Dos velt is geven bachafn far ale menschn glaich*”

Detestava ter qualquer coisa de doença: “*uma pessoa deve viver sempre bem, mesmo velha*”. Detestava mentiras e ironizava pessoas que se vangloriavam de terem sobrevivido a Shoah, parecendo tirar vantagem ou se exibir.

Um domingo à noite, há uns 15 anos atrás, passou mal. Chamamos um médico e não esqueço a piscadela de olho que meu pai deu para mim quando o médico, levantando a camisa para tirar a pressão, viu a marca no seu braço B 5000. Mesmo mal, tonto de uma logo diagnosticada labirintite, disse, lúcido e irônico, “*ietz vet der doktor zir filn nish guit*” (agora é o médico que vai passar mal).

3. Esquecimento e resistência

Quando começaram os sintomas do que se confirmaria como Alzheimer, a médica, da área de cuidados paliativos, indicou atividades como fisioterapia, fono e outras. Meu pai não queria fazer o que chamava “aula de música”, referindo-se à musicoterapia. Quando insisti, dizendo que não queríamos que ele se esquecesse, me respondeu “*Soninha, eu já tenho 80 anos. Agora, já posso me esquecer*”. Naquele momento argumentei baixinho “*mas, pai, é Alzheimer*” – única vez em que o nome da

doença foi com ele pronunciado – “*e a gente não quer que o senhor se esqueça muito*”, ao que se seguiu um “*está bem, vou fazer as aulas de música*”. Naquele momento, contraí uma intensa compreensão e aceitação de que ele tinha o direito de esquecer; eu e toda nossa família tínhamos o dever de favorecer o que de mais digno, suave e competente havia para conforto e proteção de sua vida. A situação nos exigia responsabilidade e resposta ao mundo e a cada um/a (BUBER, 1977).

Ao mesmo tempo, imaginei que ao longo dos difíceis anos que se seguiriam, meu pai se expressaria cada vez mais em idish, sua língua materna, falada pelos judeus do leste europeu, com sua rica literatura, música, teatro, sabedoria e que foi também trucidada pelo nazismo. Voltei a estudar idish. Sou bilíngüe e aprendi a língua na escola (Scholem Aleichem, nome de um escritor judeu russo) e com meus avós maternos, que migraram para o Brasil da Polônia, em 1934. Passei a ler para meu pai contos de livros que conseguia comprar, o que nos deu a linda oportunidade de interação e encontro na língua. Aos poucos, esses se tornaram seus únicos momentos de interação.

A doença andou lenta. Foram sete anos em que lia para ele uma ou duas vezes por semana e ele acompanhava com os dedos, ria quando eram situações engraçadas e se emocionava quando eram momentos tocantes. Já no final, nas duas semanas em que a terceira fase da doença se agravou, assim que eu começava a ler, ele fechava os olhos e ouvia embalado. Se eu interrompia a leitura, abria os olhos e olhava o livro com um mínimo meneio de cabeça para que eu continuasse.

Além dos livros em idish, outras leituras passaram a me ocupar. Depois de por 35 anos estudar as crianças do nascimento aos 6 anos, me dediquei a conhecer a doença de Alzheimer. “The 36-hour day” (MACE & RABINS, 1965) foi o livro com o qual aprendi a lidar com aqueles dias de trinta e seis horas em que nos damos conta de tudo o que temos para perder. E aprendi a ser cada vez mais grata pela vida.

A dignidade com que meu pai viveu o esquecimento se vincula – penso - a sua vontade e força de resistir. Mesmo doente, expressava valores e ensinamentos presentes na sua história, em especial liberdade, espírito de comunidade e escuta.

A liberdade para agir, se mover se revelava: queria sair de casa, andar, passear, mesmo com chuva, com frio. Queria e respirava liberdade. Da minha infância e juventude, lembro que sempre dizia que preferia trabalhar fora, na rua: na loja se sentia como “*um passarinho na gaiola*”. Mesmo quando chovia muito, pegava seu chapéu e lá se ia. Se alguma de nós reclamasse ou pedisse cuidado, arguia “*você esqueceu que atravessei a marcha da morte, na neve, descalço?*” Quando lhe disse uma vez “*mas pai*

naquela época o senhor tinha 18 anos, hoje tem 80?”, riu e me devolveu um “*e daí?*” Não tinha medo de nada. Muito doente, queria andar, passear, não parar.

A relação com a comunidade lhe era natural. Comemorando o aniversário da minha mãe num restaurante, o garçom trouxe um mini bolinho para cantar parabéns e serviu um pedaço a meu pai. Fiz um aceno para ele pegar outro pedaço. Diabético, Alzheimer avançado, sem fala, ele que adorava doce, fez que não com a mão e com ela rodeou a mesa, apontando cada um de nós. Aquele pedaço era para ser dividido por todos. “*Hine ma tov uma naim chevet achim gam iachad*”, eis como é bom e prazeroso, sentar irmãos todos juntos, foi o que pensei naquele momento.

Ele era a própria alegria. Sua graça de viver, sua fé no humano – como a encontrei em Buber (2003) – a família, os amigos, a vibração com objetos que não teve em criança, tudo era motivo de riso e celebração. Já doente, perguntei qual a maior felicidade que podia ter na vida e me respondeu: “*casamento de neto*”.

Do privilégio que a vida me ofertou por ter esse pai, a maior lição foi a escuta; como eu gostava de ouvi-lo e como ele ouvia atentamente a todos! Que a escuta é o primeiro sentido do bebê, ainda no ventre materno, já o sabia de anos de estudo de psicologia. Que a escuta é o último sentido presente no ser humano, o aprendi com a médica do meu pai. Em casa, na sua última semana, quando já sabíamos que partiria, colocamos *nygunim*, melodias judaicas que, como mantras, se repetem e têm uma musicalidade muito inspiradora e uma tênue e densa espiritualidade.

No momento de encerrar este texto, esse tema assume o tom de agradecimento às parceiras da mesa, ao público ou aos leitores por terem me dado seu tempo e me ouvido, ou lido. E assume o sentido de proposta: as narrativas podem existir quando e porque há escuta. Graças à escuta pode haver diálogo - mesmo sem palavras –, presença, encontro, vínculo, formas de relação que caracterizam a vida em comunidade.

Rememorar desmistifica a história linear: voltamos ao passado não só para conhecê-lo, mas para, servindo-se dele, *colocar o presente numa situação crítica*. (KONDER, 1988, p 22). Uma educação humana, com presença, vínculo e escuta, requer tempo e espaço para narrativas de crianças, jovens e adultos (alunos, pais ou profissionais). Isso exige acolher e dar atenção aos que envelhecem com saúde, doença, memória ou esquecimento. O reconhecimento do que nos deram e ensinaram pode mobilizar nossos conhecimentos, afetos e agir ético, pode nos ajudar a resistir aos contextos mais duros e a responder de forma responsável, com dignidade e alegria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1989
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I, Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987a.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas II, Rua de Mão Única*. São Paulo: Brasiliense, 1987b.
- BUBER, Martin. *Eu e Tu*. Tradução e introdução de Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Moraes, 1977.
- BUBER, Martin. *El camino del ser humano y otros escritos*. Traducción y notas Carlos Díaz. Salamanca, Kadmos, 2003.
- CANETTI, Elias. *A língua absolvida: história de uma juventude*, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DELBO, CHARLOTTE, *Auschwitz et après :Aucun de nous ne reviendra*. Gonthier éd., 1965
- GAGNEBIN, Jean-Marie. Apresentação. In: AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 9-17.
- GRASS, Günter. *Escribir después de Auschwitz*. Barcelona, Paidós, 1990.
- KONDER, Leandro. *Walter Benjamin: o marxismo da melancolia*. São Paulo: Campus, 1988.
- KRAMER, Sonia. *Por entre as pedras: arma e sonho na escola*. São Paulo: Ática, 1993.
- KRAMER, Sonia. *Ruína, Tempo Vivo e Holocausto: a potência da memória em Walter Benjamin*. In: Revista NIEJ, on line, no 4, dez 2010.
- KRAMER, Szyja. *Transcrição do Depoimento em vídeo "Survivors of Shoá" (1'55'')*, 9 de Julho, 1997. Versão Integral, Rio de Janeiro; Idioma: Português.
- KUPFERBERG, Marylink. Zonas de silêncio e segredo familiar: a transmissão interrompida. In: SCHWEIDSON, Edelyn. *Memória e cinzas, Vozes do silêncio*. Campinas: Perspectiva, 2009.
- MACE, Nancy & RABINS, Peter. *The 36-hour day*. New York, Warner Books, 1965.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Walter Benjamin: para uma nova ética da memória*. In: *Benjamin pensa a educação*. São Paulo: Segmento, 2008, (p. 48-59)
- SEMPRUN, Jorge. *A escrita ou a vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- TODOROV, Tzvetan. *Facing the extreme: moral life in the concentration camps*. New York: Henry Holt Company, 1996.